



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Crenças e Religiosidades

**AS TRANSFORMAÇÕES DA ALTA ESFERA ECLESIASTICA E AS DISPUTAS NO ESPAÇO DO
PODER NO BRASIL**

SEIDL, Ernesto

Doutor em Ciência Política

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

eseidl@terra.com.br

Resumo

A comunicação está baseada em trabalho que explora as intersecções entre as estratégias de legitimação do alto clero católico – em especial, a aquisição de novos e mais diversificados recursos culturais e a internacionalização dos quadros dirigentes – e as redefinições dos discursos e dos modos de exercício da autoridade católica no Brasil nas últimas cinco décadas. Para tanto, a partir de informações biográficas relativas aos bispos brasileiros em exercício e daqueles que compuseram as presidências da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) desde sua fundação, o estudo privilegia dados relativos a seus itinerários sociais e profissionais, com destaque aos recursos escolares e culturais acumulados, às carreiras e às estratégias de elaboração e apresentação de discursos institucionais a públicos variados. A problemática combina três níveis de análise: a) a realização de estudo morfológico sincrônico do episcopado brasileiro na atualidade; b) a análise diacrônica dos padrões de recrutamento para os postos centrais da CNBB; e c) a comparação entre trajetórias, recursos e tomadas de posição de bispos em contextos socioculturais diversos. autoridade religiosa; as experiências, competências culturais e destinos dos agentes no conjunto de posições que compõem a alta esfera católica; e as novas modalidades de intervenção dos especialistas da Igreja em um mercado religioso crescentemente competitivo, no qual o catolicismo tem perdido na distribuição dos bens culturais e da salvação, sobretudo frente a denominações neopentecostais. Os resultados apontam a imposição de novos recursos culturais e escolares, com destaque a um capital internacional de competência e de relações, dentre as estratégias de legitimação da Igreja nas disputas no espaço de poder. Os sérios investimentos na dotação de novas e diversificadas formas de competência religiosa do alto clero brasileiro a partir dos anos 70 deixam claro um expediente institucional ancorado na esfera escolar (religiosa e “profana”), especialmente nos canais de formação intelectual via internacionalização. A meio caminho entre funções estritamente intelectuais e tarefas administrativas, os bispos enfrentam desafios de ordem múltipla: adaptar-se a sociedades com novas estruturas e formas de viver, produzir discursos de temática variada, complexa e mutável, fazer frente aos novos dados da competição religiosa e garantir sua legitimação dentro das lutas pela dominação simbólica. Tudo indica que Roma continua a ser peça fundamental nessas engrenagens a produzir religiosos mais e melhor diplomados, com acúmulo de experiências no exterior e culturalmente mais versáteis.

Abstract

This work is focused on the changes undergone by the legitimating mechanisms of the Brazilian Catholic high clergy in the last five decades. It is mostly based on biographical information on the bishops (in charge or retired) and on those who composed the presidencies of the National Conference of Brazilian Bishops (CNBB) since its foundation. The study focuses on data related to their social background and professional itineraries, especially on the cultural resources they accumulated throughout their religious careers. Two main axes of analysis were pursued a) a synchronous morphologic analysis of the Brazilian Bishops at present; b) a diachronic analysis of the patterns of recruitment to the main post at the CNBB. The results point out an ongoing redefinition of the legitimating mechanisms of the Catholic high sphere, in which more diversified cultural skills – mainly experiences and training abroad - are requested.

Palavras-chave: Igreja Católica, Episcopado, Espaço do Poder, Carreiras Religiosas

Keywords: Catholic Church, Bishops, Field of Power, Religious Careers

As Transformações da Alta Esfera Eclesiástica e as Disputas no Espaço do Poder no Brasil

Introdução

Em texto de 1967 publicado na renomada *Revista Eclesiástica Brasileira*, o *padre-sociólogo* holandês Godofredo Deelen, membro destacado do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), constatava com espanto o descompasso entre a “baixa especialização dos prelados brasileiros” e a “complexidade das mudanças no mundo”. Com dados em mãos, mostrava que, no ano de 1966 - final do concílio Vaticano II -, apenas sete bispos no Brasil possuíam licenciatura (equivalente ao mestrado) ou doutorado em filosofia; 15 haviam obtido esses títulos na área de teologia; e que, quanto aos diplomados em disciplinas não-religiosas, somente dois apresentavam bacharelado em Ciências e Letras. Perfeitamente ajustado ao espírito da época, esse religioso lançava então apelos à necessidade de se dotar os líderes eclesiásticos com as “competências técnicas” e a “experiência” adequadas ao período de “*aggiornamento* da Igreja no mundo”ⁱ.

Obviamente empenhado na redefinição da liderança hierárquica, o sacerdote defendia não apenas uma titulação mais elevada para os religiosos guindados a um dos postos de maior poder na Igreja. Pregava igualmente a diversificação nos ramos de estudo em “importantes ciências como a sociologia, psicologia e antropologia”, assim como nas “ciências auxiliares da pastoral, como liturgia, catequese, pedagogia e pastoral de várias categorias”. Passadas mais de quatro décadas, vê-se que o artigo apontava a direção exata seguida pela formação do alto clero nacional.

Atualização das competências religiosas

O fenômeno do aumento nos investimentos em recursos culturais e escolares valorizados e diversificados como requisito para ocupação de postos dirigentes não é especificidade de alguns grupos e ocorre em escala mundialⁱⁱ. No que concerne à esfera católica, a imposição de uma competência religiosa progressivamente baseada na competência escolar, ou intelectual, configura sem dúvida uma das dimensões mais centrais dos mecanismos de regulação do espaço católico. A intensificação considerável da obtenção de diplomas acadêmicos por agentes religiosos como base para ocupação de cargos superiores - implicando a realização de percursos escolares mais longos - é perceptível, sobretudo, entre os membros do episcopado. Ela faz ver com clareza o espaço conferido à cultura escolarmente legitimada dentro dos instrumentos de adaptação da Igreja a públicos mais urbanos e escolarizados e a novas tomadas de posição institucionais.

Ao mesmo tempo em que diversas outras temáticas religiosas adquiririam relevo entre os trunfos acadêmicos valorizados na ascensão profissional - sagrada escritura, catequese, espiritualidade, história eclesiástica, pastoral -, também uma pluralidade de áreas profanas do saber, praticamente ausentes dos percursos escolares dos sacerdotes episcopáveis antes dos anos 1970, passaram a integrar a composição de carreiras religiosas bem sucedidas. Como previsto, predominam diplomas de licenciatura nas áreas de “humanidades”, com destaque, ao lado dos cursos de Direito e Letras, àqueles relacionados a atividades da esfera escolar, tais como Educação e Pedagogia, adquiridos

majoritariamente em faculdades católicas pouco tempo após a ordenação sacerdotal. Em menor quantidade figuram igualmente diplomas em disciplinas das ciências exatas e biológicas ou correlatas (Agronomia, Química, Matemática, Demografia, Economia), embora raramente haja indicações de uso específico desses recursos ao longo dos trajetos sociais de seus detentores.

Uma das consequências de maior visibilidade e importância da centralidade adquirida pelo saber escolar sobre as formas de dominação simbólica da Igreja foi justamente uma redefinição nos modos de exercício da autoridade religiosa, percebida com mais intensidade no âmbito das funções “intelectuais”. Na esteira de Vaticano II, a readequação dos instrumentos pedagógicos religiosos através da aproximação com a esfera de produção de conhecimento científico, notadamente faculdades e universidades, marcou em definitivo o deslocamento do espaço de reprodução intelectual do corpo religioso das instituições escolares consagradas (de formato “rural”, “fechadas”), para ambientes muito pouco diferenciados do mundo escolar leigo.

Inscrita numa série de discussões e pesquisas, parte das quais ainda em curso, acerca das transformações históricas do espaço católico dentro do campo do poder (BOURDIEU, 1982; MICELI, 1988; GRIGNON, 1977; LAGROYE, 2006; NERIS, 2009; SEIDL, 2003), a exploração sociológica da redefinição das estratégias de legitimação do episcopado concentra-se, neste artigo, nas intersecções e nos efeitos da aquisição de novos recursos culturais, com forte componente internacional, sobre os trajetos de agentes que ocupam posições dominantes naquele grupo. Para tanto, a partir de informações biográficas relativas aos bispos brasileiros em exercício e daqueles que compuseram as presidências da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) desde sua fundação, o estudo combina em especial dois níveis de análise: a) o delineamento da morfologia do episcopado brasileiro na atualidade; b) a análise diacrônica dos perfis de recrutamento para os postos de direção nacional da CNBB.

As análises aqui apresentadas articulam materiais e resultados de pesquisas variadas e em estágios distintosⁱⁱⁱ. Uma primeira parte dos dados reunidos diz respeito a informações sobre o conjunto do episcopado brasileiro 2009, coletados no banco de dados da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros e em entrevistas. O tratamento destes dados mais gerais desdobra-se em dois planos de abordagem: (I) um enfoque nos trajetos sociais e profissionais dos 443 casos selecionados, em que privilegiaram-se variáveis relativas ao país, ano e local de nascimento; aos espaços de escolarização religiosa; idade de ordenação sacerdotal, episcopal e médias diacrônicas; tipo de vinculação religiosa; passagem ou não por funções paroquiais; exercício de funções docentes e/ou passagem por funções de direção/reitoria de seminários; II) foco no exame do perfil de estudos dos bispos nascidos no Brasil, em especial os itinerários básicos (filosofia e teologia) e especializações, e as condições de circulação internacional e estrutura dos recursos acumulados^{iv}.

Elementos históricos para uma sociografia do episcopado brasileiro

Até o rompimento com a condição histórica de corporação subsidiada do Estado, a posição ambígua da instituição eclesial implicava a ausência de uma *cultura organizacional* dotada de procedimentos uniformes e autônomos de gestão e estilo homogêneo de comando. O deterioramento do vínculo simbiótico entre Estado e Igreja,

donde esta retirava parte de sua força e *status* social, colocou nas mãos dos prelados a tarefa urgente de definir outra moldura organizacional que favorecesse a autonomia material, institucional e doutrinária (MICELI, 1988). Frente à necessidade de assumir uma nova legitimidade institucional, o processo de expansão organizacional da Igreja traduziu-se não somente pela diversificação das estratégias de afirmação, como também por uma impressionante ampliação da estrutura de postos e carreiras que compõem o espaço católico^v.

A evolução das relações entre o corpo sacerdotal, a diversificação e a intensificação das disputas no mercado religioso nacional e as transformações correlativas no espaço social e na estrutura do campo do poder no Brasil traduziram-se em diversas modificações: prestígio da carreira sacerdotal e imagem social do clero e dos bispos, alteração na composição e morfologia do episcopado, redefinição de competências, tarefas e modalidades de ocupação do posto. Nos últimos cinquenta anos, a população brasileira mais do que triplicou, ao passo que o contingente de sacerdotes (inclusive de bispos) sequer dobrou. Na mesma medida, urbanização e maior acesso à escolarização deram novos contornos ao tipo de público ao qual deve se dirigir o corpo clerical. Entre os anos 1970 e 1990, o grande êxodo de seminaristas e de padres afetou gravemente o corpo profissional católico e suas condições de reprodução^{vi}. A redefinição estratégica do papel do diácono e de leigos religiosos, que ganharam espaço e prestígio dentro, trouxe novos elementos às relações da hierarquia com um corpo diversificado de servidores da Igreja. Por outro lado, e simultaneamente, a perda de terreno do catolicismo frente a denominações evangélicas - sobretudo neopentecostais, cujos adeptos declarados crescem exponencialmente desde a década de 1980 (em 2000, contavam mais de 10% da população), redinamizou com vigor as disputas no mercado religioso (JACOB et al., 2004; PIERUCCI, 2004)^{vii}.

Sem pretender abranger todas essas mutações, é possível que o recurso à comparação diacrônica entre algumas das propriedades do episcopado na atualidade com as da alta hierarquia na República Velha permitam visualizar parte dessas transformações e/ou permanências.

Enquanto que até meados do século XX os prelados no país eram quase exclusivamente nascidos no Brasil, o quadro hoje é sensivelmente distinto. Ao combinar o ano de nascimento do religioso com seu país de origem (todos nasceram entre 1914 e 1964), verifica-se que na atualidade os nascidos no estrangeiro compõem nada menos que $\frac{1}{4}$ do episcopado nacional (115 de 443 com informações disponíveis). Entre estes, predominam os nascidos na Itália (11,28%), seguidos à distância pelos espanhóis (2,93%) e alemães (2,48%). Considerando que o número de sacerdotes estrangeiros no país fique em torno de 15%, tem-se uma sobre-representação considerável desse contingente no seio do episcopado.

O fluxo constante de estrangeiros - especialmente italianos - com destino ao Brasil já fornece uma ideia geral do tipo de mobilidade internacional dos agentes e da importação de modelos que paulatinamente foi se impondo, inicialmente via romanização, no seio do episcopado nacional. De fato, anteriormente à chegada desses religiosos ao Brasil por volta das décadas de 50-60, os representantes de cúpula da instituição em plano nacional já promoviam a vinda frequente de estrangeiros (especialmente através das ordens) como estratégia de criação de uma Igreja “renovada” face à herança da Igreja colonial. Não estranha, pois, como lembra Ralph Della Cava (1975), que nesse período Roger Bastide

estigmatizasse a romanização como um processo de desnacionalização da Igreja Brasileira.

Em sentido semelhante, ainda que na atualidade se possa falar em um predomínio do polo hierárquico (clero secular) na composição do episcopado, caso dos diocesanos, houve substancial incremento de prelados oriundos do clero religioso. Enquanto que entre os 79 bispos da alta hierarquia analisados por Miceli (1988, p. 82) no período 1889-1945, apenas 12 (15%) provinham de ordens, hoje esse percentual chega a quase 50% (202 prelados). Assim, ao lado dos 54% bispos de origem secular (241 de 443), encontra-se uma diversidade notória de altos representantes recrutados em diferentes congregações religiosas. Nada menos do que 55^{viii}.

A classificação efetuada entre os bispos nascidos no Brasil conforme o ano de nascimento, a região e o estado de origem permite assinalar outra alteração significativa. Enquanto que na elite eclesiástica do início do século passado predominavam bispos originários de estados nordestinos (cerca de 50%), seguidos por 20% nascidos e educados em Minas Gerais, 14% em São Paulo e 14% nos demais estados do Sul e Sudeste (Rio Grande do Sul apresentava apenas 2), atualmente nota-se amplo predomínio de religioso naturais das regiões Sul e Sudeste. Reunidas, as regiões Norte (5), Nordeste (64) e Centro-Oeste (5) contabilizam hoje pouco mais de 1/5 dos membros do episcopado (74 de 328 com informações disponíveis), ao passo que as regiões Sudeste e Sul contam a expressiva parcela de 4/5 dos bispos brasileiros (254 de 328 com informações disponíveis), com predomínio de paulistas (69), mineiros (68), gaúchos (52) e catarinenses (32).

Quadro 1 - Distribuição do episcopado por ano, região e estado de nascimento

Região/Estado		1914-1924	1925-1934	1935-1944	1945-1954	1955-1964	Total por	Total por
Norte								5 (1,52%)
Nordeste								64 (19,51%)
Centro-Oeste								5 (1,52%)
Sudeste								156 (47,56%)
Sul								98 (29,87%)

Fonte: CNBB (2009).

Esta distribuição bastante desigual reflete o processo histórico de deslocamento dos centros de decisão política, econômica e institucionais do Brasil do nordeste para o

centro-sul. Este vinha se operando desde meados do século XIX e só se completa com o deslocamento do centro de poder nacional da Igreja no fim dos anos 20 e início dos anos 30 do século passado^{ix}. Coincidente ou não, fato é que esse predomínio no recrutamento da população construída se expressa de forma mais evidente a partir desse mesmo período, e mantém-se superior em quaisquer dos critérios de divisão do grupo dirigente em pauta.

Com efeito, o predomínio de indivíduos originários das principais circunscrições religiosas em termos de estrutura institucional e contingente profissional (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) sugere a existência de um acesso muito desigual aos centros de excelência mais disputados da Igreja católica. Por um lado, reflete à perfeição a própria distribuição do contingente religioso pelo país. Por outro, tal desequilíbrio nas condições de reprodução dos dirigentes administrativos e intelectuais da Igreja brasileira reforça a estrutura de suas relações de força, centrada em forte hegemonia dos estados acima mencionados e que pode ser apreendida, por exemplo, na distribuição dos principais cargos da CNBB, na exposição aos grandes meios de comunicação e no uso da palavra autorizada pela instituição. A rigor, estas distinções indicam um princípio de hierarquização religiosa do espaço geográfico que guarda correspondências com as desigualdades regionais e demarca as relações centro-periferia no interior do episcopado.

Em comum com a alta hierarquia eclesiástica de outrora, o exame das origens geográficas dos bispos de hoje permite visualizar ainda associação significativa entre a reprodução do corpo clerical e um universo de pequenos municípios interioranos, com fortes traços rurais^x. Dentre os prelados brasileiros, apenas (7,62%) vieram de capitais: São Paulo (9); Rio de Janeiro (8); Aracaju (3); Belo Horizonte (1); Boa Vista (1); Maceió (1); Manaus (1); Recife (1).

A alta frequência de bispos com passagem pelo sistema escolar da Igreja na escolarização básica (1º e 2º graus) pode ser visualizada através do número dos que informaram ter estudado em seminários menos, maiores ou em ambos^{xi}. O quadro 2 demonstra que quase a metade deles apresentam essa característica em seu trajeto escolar. O restante encontra-se dividido entre os que não apresentaram informações detalhadas (sem informações) e os que não detalharam o tipo de instituição - se pública, privada, privada católica, técnica etc.

Quadro 2 - Passagem dos bispos por seminários

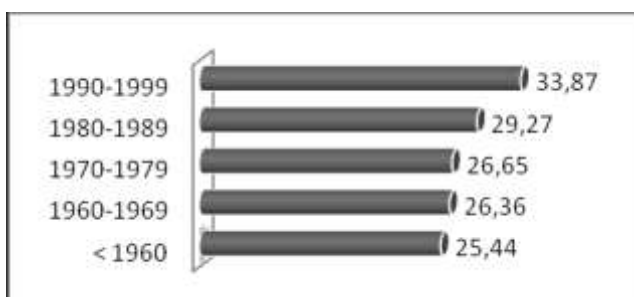
Instituição	N	%
Seminário menor	22	4,96
Seminário maior	74	16,7
Seminário Maior e Menor	108	24,37
NR	214	48,30
Sem informações	25	5,64
Total	443	100

Fonte: CNBB (2009).

Entre outros fatores, o contingente expressivo de agentes que foram beneficiários de serviços educacionais prestados pela instituição católica, em sua fase de escolarização, resultou da política expansionista que marcou a atuação da Igreja na primeira metade do século XX. Como se sabe, um dos fios condutores dessa política consistiu no investimento massivo em instituições de ensino (primárias, secundárias, femininas e/ou masculinas) destinadas às elites regionais, as quais também poderiam abrigar agentes que nelas encontrariam alternativas mais seguras face à ausência de perspectivas abertas pelos recursos escolares e econômicos atrelados a uma origem social modesta. Para estes, frente às baixas probabilidades de mobilidade social determinadas pela escassez de recursos e pela estrutura escolar deficitária daquelas, os seminários e casas de formação da Igreja não somente contrapunham chances palpáveis de acesso a uma cultura distintiva (não muito distante daquela fornecida a frações dos grupos dirigentes), como também possibilidades de ascender a posições de destaque dentro de um espaço cujos postos estavam em franco processo de expansão. Assim, diversos desses religiosos davam início ao longo processo de formação escolar e de iniciação na vida eclesiástica, contexto em que, avaliados sob a dupla ótica das competências religiosas e escolares, realizava-se uma filtragem decisiva sobre seus futuros profissionais^{xii}.

Partindo para o exame da idade de ordenação sacerdotal e episcopal, nota-se que ao lado do longo percurso escolar de exposição às regras, costumes e valores da instituição que, entre outros, caracteriza a carreira clerical, o exame geral das médias de idade copal, bem como entre uma e outra, revela uma tendência ao recrutamento mais “tardio”. É o que se nota a partir do exame dos gráficos 1, 2 e 3, expostos a seguir.

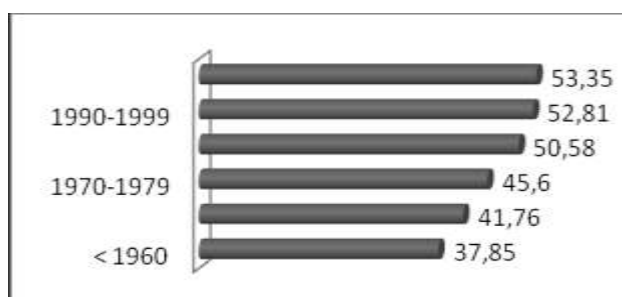
Gráfico 1: Idade de ordenação sacerdotal



Fonte: CNBB (2009).

Obs: <1960 (129 casos); 1960-1969 (122); 1970-1979 (108); 1980-1989 (68); 1990-1999 (16)

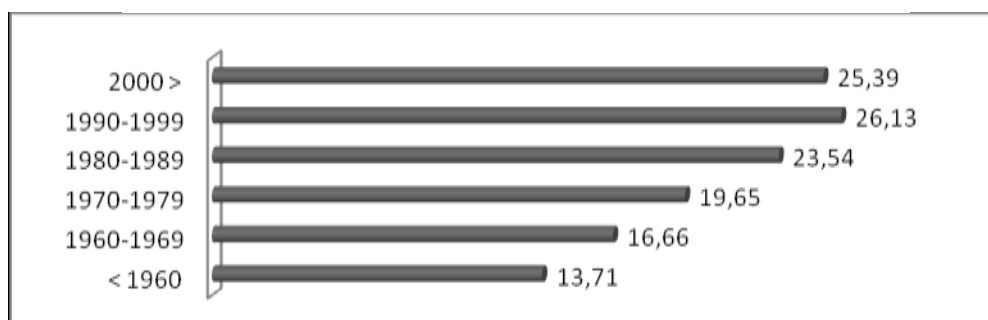
Gráfico 2: Idade de ordenação episcopal



Fonte: CNBB (2009).

Obs: <1960 (7 casos); 1960-1969 (21); 1970-1979 (75); 1980-1989 (87); 1990-1999 (98); 1999> (155).

Gráfico 3: Média idade ordenação sacerdotal e episcopal



Fonte: CNBB (2009).

Obs: <1960 (7 casos); 1960-1969 (21); 1970-1979 (75); 1980-1989 (87); 1990-1999 (98); 1999> (155).

Em geral, todas as médias apresentam a mesma tendência de crescimento. Verifica-se, no entanto, que em relação à de ordenação sacerdotal, há aumento considerável no contexto do papado de João Paulo II (1978-2005), quando salta dos 25-26 anos para 29 e, finalmente, para 33. No que tange à ordenação episcopal, nota-se um aumento contínuo, em torno de 5 anos, nas médias das décadas de 1960/70, e taxa de crescimento semelhante em 1980, quando então estaciona entre 50-55 anos nas décadas seguintes. O mesmo pode ser dito quanto ao tempo entre ordenação sacerdotal e episcopal: enquanto que entre os sete bispos ordenados antes da década de 60 a média era relativamente curta (13 anos), nas décadas seguintes foi sendo ampliada em torno de 3 anos até alcançar o topo das médias (26 anos) nos anos 90, antes de cair ligeiramente para 25 anos no início do século XX.

As razões do aumento considerável na idade de ordenação sacerdotal e episcopal não são inteiramente apreensíveis, porém, sem dúvida estão ligadas às transformações estruturais pós-conciliares. A perda da centralidade do seminário menor e a progressiva abertura do sistema de preparação religiosa para institutos e faculdades, com possibilidade de estágios pastorais, alongou o tempo de escolarização dos candidatos ao sacerdócio. Ao mesmo tempo, subiu em muito o número daqueles que apresentavam “vocações tardias”, não raro após concluir o ensino médio e/ou superior e trabalhar em alguma profissão, e seriam ordenados em torno dos 30 anos de idade. Por outro lado, como depreendido de depoimentos de bispos e demais membros do clero, a aposta da instituição em sacerdotes mais velhos e em sua sagração como bispos depois de um período de experiência mais extenso derive de uma maior “prudência” na escolha de agentes “comprometidos” com a instituição. Por essa via, a Igreja buscava evitar os riscos de perda e abandono causados por interrupções de projetos sacerdotais e, de maneira geral, pela questão da “crise do sacerdócio” e de “vocações”, muito evidentes no contexto pós-conciliar. Esse efeito não deixa de ser sentido, por exemplo, entre os bispos brasileiros que detêm os títulos mais internacionalizados. Afinal, a partir da década de 1980, a Igreja deixa de enviar seminaristas ao exterior e passa a limitar tal modalidade de estudos a sacerdotes já sagrados e mais velhos em busca de recursos escolares através de cursos de especialização, como discutido na próxima seção.

Quadro 3 - Exercício de funções de administração pastoral direta

Passagem por uma paróquia	< 1960	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000 >		
Menos de 5 anos	-	4	11	4	4	19	42	9,4
5 a 9 anos	2	7	10	6	8	19	52	11,7
10 anos ou mais	4	4	24	15	30	56	133	30

Fonte: CNBB (2009).

Quadro 4 - Exercício de função docente

Exercício da função de	< 1960	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000 >		
Sim	5	14	45	39	47	77	227	51,24
Não	2	7	30	46	47	75	207	46,72

Fonte: CNBB (2009).

Quadro 5 - Reitoria de seminários, faculdades católicas e/ou profanas

Passagem por função de reitoria seminários, faculdades	< 1960	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000 >		
							Nº	%
Sim	1	7	22	30	48	71	179	40
Não	6	14	53	55	46	81	255	57,56

Fonte: CNBB (2009).

No que tange ao exame dos cargos que os prelados informam haver ocupado antes do episcopado, dois aspectos mais gerais podem ser apontados. Em primeiro lugar, conforme nota-se no quadro 3, a grande maioria dos indivíduos informa alguma passagem por funções de administração direta, sendo mais restrito o número daqueles que não enumeram tal percurso, ou que o realizaram de forma bastante breve (42 com menos de 5 anos). Entre aqueles, as categorias que apresentam maior crescimento ao longo do período dão conta de que: 30% (133) permaneceram 10 ou mais anos; 29,7% (132) informam passagem sem detalhar os anos; 11,7% (52) enumeram experiências em torno de 5 a 9 anos e 9,4% (42) com menos de 5.

O segundo aspecto reside na expressividade dos trajetos centrados no exercício de funções relacionadas ao ensino, bem como de administração do clero (quadros 3 e 4). Quanto às funções docentes, nada menos que 51,24% informam ter assumido funções de professor, frequentemente exibindo também na descrição de suas experiências profissionais funções de caráter não pastoral, como assistente espiritual, coordenador diocesano etc. Vários dentre eles, inclusive, além das funções de docente, enfatizam em seu *curriculum* o exercício de funções de reitoria e/ou direção de seminários, faculdades católicas ou profanas (179 entre 443), conforme mostra o quadro 5.

Em suma, ao longo do período, e com maior intensidade a partir da década de 1970, o perfil da população examinada indica que a passagem por cargos de direção e de ensino em seminários, faculdades ou institutos (somada àqueles que exerceram funções de proeminência na administração de ordens, congregações religiosas e organismos fora do país) fortalece-se como uma das principais etapas de treinamento a anteceder a ascensão desses sacerdotes ao episcopado. Em que pese muitos desses bispos terem passado por pelo menos um cargo paroquiano, é expressiva a taxa de sacerdotes que receberam sua nomeação episcopal no exercício dessas funções - o que sugere que o exercício das mesmas vai ao encontro do acúmulo de disposições exigidas e apreciáveis às tarefas dominantes no interior da organização.

No entanto, esse ponto de vista precisa ser matizado. Se a indicação geral de atividades de ensino e gestão oferece uma noção do tipo de *cursus* valorizado na seleção do corpo episcopal, não se pode desconsiderar que as variações na posição de cada instituição em que se insere o respectivo cargo (paroquiano em dioceses centrais ou em periféricas; professor ou reitor de instituições provincianas ou de seminários, institutos e faculdades centrais) possuem efeitos que não são idênticos. Da mesma forma, não se pode excluir o peso do capital social resultante, entre outros, dos contatos mais prolongados com religiosos em posição central nos círculos hierárquicos, o que permite acumular certo conjunto de relações importantes no rumo das designações de função, bem como na avaliação das oportunidades e conhecimento dos mecanismos que regem os destinos sacerdotais^{xiii}.

Itinerários escolares e experiências no exterior: Roma não é para todos

No que tange ao exame da imposição de competências culturais associadas à circulação internacional na formação do corpo religioso episcopal, a alternativa de análise consistiu, primeiramente, em concentrar-se apenas sobre os bispos nascidos no Brasil (328 de 443 com informações disponíveis) e, dentre estes, dividir a população entre os que realizaram cursos no exterior e os demais. Dessa forma, foram privilegiadas informações relativas ao país de destino, titulação obtida, área de estudos e sua distribuição com base em outros princípios de hierarquização, dentre os quais a posição de origem na hierarquia social do espaço geográfico ou nas relações centro-periferia (postos dominantes e dominados no universo episcopal).

Numa perspectiva geral, a exposição que se segue demonstra que a passagem por Roma (e em muitíssimo menor escala, por outros países centrais) mantém-se como recurso chave no acesso às posições dirigentes no seio do espaço episcopal, habilitando seus detentores a disputas por postos de comando e de maior prestígio. Ajustando-se às tentativas e necessidades institucionais de promover uma formação bastante homogênea e afinada a seus altos representantes, o predomínio de Roma como destino para estudos permite ver que as frequentes manifestações de “unidade” e de “espírito de família” (BOURDIEU, 1996) que tanto apetece o alto escalão desse grupo de representação não deixam de ter afinidades com o treinamento tendencialmente homogêneo que recebem.

Convém salientar ainda que a cartografia bastante restrita dos países de destino daqueles que obtiveram títulos no exterior entre os membros do episcopado também assinala uma particularidade do tipo de circulação internacional em comparação àquele que tem se afirmado entre outras elites. Enquanto que em outros grupos dirigentes esse fluxo encontra-se mais dependente da posse de recursos econômicos e culturais ligados às origens dos agentes (tendendo a diversificar-se ainda conforme as áreas de saber e as posições detidas pelos países e instituições de destino no mercado transnacional), a instituição católica é a principal e quase exclusiva patrocinadora dos estudos realizados por seus representantes.

Nessas condições, há motivos para argumentar que as chances de realizar estudos no exterior, mediadas pela instituição, ainda que nunca tenham sido equitativamente distribuídas, desde longas datas conferem um grau de abertura para indivíduos de origem social modesta em uma escala pouco comum quando comparado com outras elites. Não é, pois, um acaso, que historicamente, como aponta Garcia Jr. (2005, p. 521), se até o fim

da Segunda Guerra Mundial os estudos superiores no exterior eram monopólio virtual das grandes famílias brasileiras – grandes proprietários de terras, grandes comerciantes do comércio exterior, grandes políticos ou altos funcionários –, as exceções eram justamente os membros do clero católico. Isto porque os candidatos aos postos do alto clero eram enviados a Roma sob patrocínio da Igreja^{xiv}.

No que tange aos níveis mais básicos de formação (filosofia e teologia), conforme se verifica nos quadros 6 e 7, predominam aqueles que estudaram no Brasil - 97,86% em filosofia e 81,09% em teologia. A principal variação no quadro apresentado fica por conta daqueles que obtiveram formação em teologia no exterior (62), quando comparados aos de filosofia (27). Em todos os critérios de divisão por região de origem predominam aqueles oriundos do Sul e Sudeste, seja para estudos no Brasil ou exterior. Novamente, o país mais escolhido como destino de estudos entre todos aqueles que tiveram passagem pelo exterior nessa fase é a Itália: nada menos do que 84,26%.

Quadro 6 - Perfil dos estudos em filosofia e teologia

Curso	Lugar de realização	Distribuição por região		Total
FILOSOFIA	Brasil	Sudeste (148); Sul (84); Nordeste (60); Centro-Oeste (5); Norte (4)	301	328
TEOLOGIA	Brasil	Sudeste (131); Sul (76); Nordeste (53); Centro-Oeste (4); Norte (2).	266	328

Fonte: CNBB (2009).

Quadro 7 - País de realização dos estudos de Filosofia e Teologia

FILOSOFIA	Norte	Eua (1);	27
	Nordeste	Itália (4)	
TEOLOGIA	Norte	Itália (2); Eua (1).	62
	Nordeste	Itália (11).	

Fonte: CNBB (2009).

Quanto às indicações oferecidas nos campos “especialização” e “outros cursos” do pelos currículos episcopais, salienta-se novamente o caráter não-homogêneo das informações preenchidas, o que afeta a precisão da divisão da população, especialmente no que tange aos títulos mais baixos^{xv}.

Quadro 8 - Estudos pós-ordenação sacerdotal (Brasil/Exterior)

País	Frequência	Percentual
Estudos no Brasil	160	46,24%
Estudos no exterior	186	53,76%
Total	346	100%

Fonte: CNBB (2009).

Em termos absolutos, contabilizados todos os cursos informados pelos prelados, organizados conforme a classificação destacada acima, e independentemente de terem sido realizados por um mesmo indivíduo, os dados evidenciam alto grau de internacionalização do grupo em pauta: nota-se no quadro 13 que a maior parte dos estudos foram realizados no exterior - 53,76%, frente àqueles realizados no Brasil (46,24% de 346). Esse caráter majoritário, entretanto, não se expressa de forma homogênea conforme as diferentes modalidades de curso. O quadro 14 permite assinalar que a incidência dos estudos no exterior tende a se concentrar nos níveis de qualificação mais altos, invertendo-se nos mais baixos (exceção feita à última modalidade, dada sua heterogeneidade).

Nos níveis de titulação mais altos, as frequências respectivas de realização de estudos no exterior são as seguintes: 80,9% entre doutores, 73,6% entre mestres e 71,4% entre especialistas. Contrastando essa tendência, especialmente os cursos de “licenciatura e ou bacharelado” e de forma menos expressiva os “cursos sem especificação” já apresentam uma tendência inversa, com realização de estudos preponderantemente no Brasil.

Quadro 9 - Modalidades de cursos e passagem pelo exterior

Doutorado (47)	Exterior	38	80,9%
	Brasil	6	12,7%
Mestrado (72)	Exterior	53	73,6%
	Brasil	19	26,4%
	Total	72	100%
Especialização (35)	Brasil	25	71,4%
	Exterior	10	28,6%
	Total	35	100%
Graduação/Licenciatura e/ou Bacharelado (87)	Brasil	54	62%
	Exterior	27	31%
	Não inf.	6	7%
	Total	87	100%

Cursos sem especificação (124)	Exterior	58	46,8%
	Brasil	56	45,2%
	Não inf.	10	8%
	Total	124	100%

Fonte: CNBB (2009).

No que tange aos países mais procurados para realização de estudos no exterior, a análise do quadro 10 evidencia que esta cartografia é quase exclusivamente dominada pela Itália, seguida à distância pela França e Estados Unidos. Ao contabilizarem-se os casos de indivíduos que tenham realizado estudos em uma mesma modalidade de formação e em países diferentes (trata-se dos casos em que é mencionado mais de um país), observa-se que enquanto a passagem pela Itália chega à expressiva quantidade de 163 ocorrências, o país de destino mais próximo numericamente, a França, apresenta apenas 11. Por outro lado, os indicadores também apontam que o acesso a esses centros de excelência encontra-se desigualmente distribuído, demarcando fortes distinções por Estado e Região. Como em todo o resto, as regiões Sul e Sudeste (especialmente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) predominam sobre as demais.

Quadro 10 - Distribuição por país de formação, estado e região de origem

Modalidade da formação	Países	Estado	Região
Doutorado (38)	Itália (34); França (2); Espanha (1); Itália e Alemanha (1).	SP (10); RS (6); SC (6); MG (5); BA (2); PE (2); RJ (2); CE (1); PI	Sudeste (17); Sul (13); Nordeste (8)
Mestrado (53)	Itália (49); França (3); Eua (1)	RS (10); SP (10); MG (7); PR (4); SC (4); BA (3); PB (2); PE (2); PI (2); RJ (2); AL (1); AM (1); ES (1);	Sudeste (20); Sul (18); Nordeste (12); Norte (2); Centro-Oeste (1)
Especialização (10)	Itália (8); Eua (1); México (1)	SP (3); MG (2); RS (2); ES (1); PR	Sudeste (7); Sul (3)
Graduação/Licenciatura e/ou Bacharelado (27)	Itália (20); França (5); EUA (2).	MG (6); SP (5); RS (4); SC (4); AM (2); AL (1); BA (1); PE (1); PR (1);	Sudeste (12); Sul (9); Nordeste (4); Norte (2).
Cursos sem especificação (58)	Itália (47); Itália e Jerusalém (2); Bélgica (1); Canadá (1); Equador (1); Montevideu (1); Suíça (1); Venezuela (1); Itália e França	MG (11); RS (10); SC (10); SP (8); PE (5); RN (4); CE (3); RJ (3); PR (2); AL (1); AM (1).	Sudeste (22); Sul (22); Nordeste (13); Norte (1).

Fonte: CNBB (2009).

Com efeito, em um organismo que assume desde longa data um caráter internacional, entende-se que essa forte discrepância denota não apenas a sua evidente associação com a concentração dominante dos centros de excelência religiosos na Itália, mas principalmente um efeito histórico específico da imposição hegemônica do centro da ortodoxia eclesiástica como locus de exportação de tecnologias e modelos institucionais

dominantes. Essa concentração dos centros de excelência, por sua vez, trabalha para estabelecer e reproduzir padrões que estabelecem fronteiras entre os indivíduos afortunados com tais oportunidades, numericamente menores, e os desprovidos de tais trunfos, ajustando-se em maior ou menor grau à estrutura de distribuição de poder em âmbito nacional. Em síntese, ao aquinhoar apenas uma parcela de seus profissionais com o selo da excelência religiosa – estudar em Roma, doutorar-se em tema valorizado, incorporar uma cultura romanizada –, a Igreja opera numa lógica de distribuição do poder semelhante à do espaço acadêmico (BOURDIEU, 1984, esp. 97-167). Isto é, vale-se do potente mecanismo de consagração que é a investidura da cultura legítima àqueles que receberão, em seguida, os postos de maior poder, pois estarão em posições de controle sobre outros postos e sobre outras carreiras.

Com base nos dados agrupados no quadro 11, procurou-se saber como essa população encontrava-se distribuída de acordo com o critério do maior título alcançado e conforme os temas e áreas de estudo predominantes no Brasil e no exterior. A estratégia para agrupamento das informações consistiu primeiramente em contabilizá-las do maior ao menor título de forma excludente; dessa forma, por exemplo, os cursos de mestrado só foram contados quando o indivíduo em questão não realizou posteriormente o curso de doutorado, e assim sucessivamente. A modalidade “curso sem especificação” foi incluída a título sumário, tendo tão-somente a finalidade de informar as áreas de estudos. Para todas estas áreas, a estratégia de tratamento dos dados consistiu em apresentá-los em um quadro com o mínimo de agregação das especialidades declaradas, permitindo, mesmo face às dificuldades surgidas com a heterogeneidade no preenchimento dos dados, obter as vantagens de apresentar uma visão geral da variabilidade relativa das combinações de cursos nos estudos dos membros do episcopado. Assim, segundo a modalidade de curso, essa população (261 casos) encontra-se distribuída respectivamente nos seguintes percentuais: 18% fizeram doutorado, 19,2% cursaram mestrado e 6,1% obtiveram especialização; 20,7% fizeram graduação, e 36%, cursos que não foram especificados

A diversidade de temas e áreas de estudo verificada é grande. Dois polos distinguem-se. De um lado, nos níveis de doutorado e mestrado e, predominantemente, entre aqueles que obtiveram formação no exterior, há tendência a prevalecer áreas de formação propriamente religiosas e a ser menos comuns incidências e combinações com cursos em áreas “profanas”. Entre aqueles, por exemplo, nota-se que as “disciplinas” dominantes são teologia (dogmática, moral, pastoral), direito canônico, pastoral e espiritualidade; na área “profana”, destacam-se os cursos de filosofia, pedagogia, educação, ciências sociais e letras. Em outro polo, composto pelas qualificações obtidas no Brasil e particularmente nas últimas três modalidades construídas, observa-se incidência bem maior e diversificada de cursos “profanos” e a combinação entre formações diversas.

Quadro 11 - Modalidade de curso no Brasil x Exterior em relação ao maior título.

MODALIDADE DA FORMAÇÃO	LUGAR DE REALIZAÇÃO	Tema ou Área de Estudo		Total	
				N	%
Doutorado					
	Exterior	Teologia (20); Filosofia (4); Direito Canônico (3); Ciências Sociais (2); Sem informações (2); Cristologia (1); Antropologia Teológica (1); História Eclesiástica (1); Letras	38	47	18
Mestrado	Brasil	Teologia (6); Direito Canônico (2); Filosofia e Teologia (2); Educação (1); Teologia e Estudos Bíblicos (1)	12	50	19,2
	Exterior	Teologia (16); Filosofia (4); Direito Canônico (3); Educação (3); História Eclesiástica (3); Liturgia (2); Aconselhamento (1); Ciências Bíblicas (1); Ciências Sociais (1);	38		
Especialização	Brasil	Administração (1); Administração Escolar e Supervisão (1); Educação (1); Filosofia (1); Linguística e Ensino da Língua (1); Liturgia (1); Orientação Educacional (1);	12	16	6,1
Graduação/ Licenciatura e/ou Bacharelado	Brasil	Filosofia (8); Ciências Jurídicas, Sociais e Filosofia (2); Filosofia e Teologia (2); História (2); Teologia (2); Biologia (1); Catequese e Filosofia (1); Ciências Jurídicas e Sociais (1); Ciências Sociais (1); Direito (1); Direito Canônico (1); Engenharia e Pedagogia (1); Filosofia e Dogmática (1); Filosofia e Letras (1); Filosofia e Pedagogia (1); Filosofia, Ciências Econômicas e Direito (1); História e Geografia (1); Jornalismo (1); Letras (1); Letras e Direito Civil (1); Sociologia e Teologia (1); Pintura e Artes	33	54	20,7
	Exterior	Teologia (5); Filosofia (4); Direito Canônico (2); Filosofia, Demografia e Espiritualidade (1); Letras Clássicas e Teologia (1); Pastoral Catequética e Filosofia (1); Pedagogia	16		
Cursos sem especificação	Brasil	Pastoral (5); Letras (3); Pedagogia (2); Direito Canônico (2); Teologia e Pastoral (2); Parapsicologia (2); Jornalismo (2); Adaptação Militar (1); Teologia (1); Aprofundamento (1); Atualização em Direito (1); Espiritualidade (1); Estudos Sociais (1); História (1); História Eclesiástica (1); Piloto (1); Sociologia Religiosa (1); Curso para Bispos (1); Escola para formadores (1); Formação para seminários maiores (1); Extensão Universitária (1); Administração e Ciências Contábeis (1); Catequese, filosofia e letras (1); Ciências econômicas, contábeis e administrativas (1); Filosofia e Pedagogia (1); Filosofia, Direito Canônico, Ensino Religioso, Administração (1); Liturgia,	47	94	36
	Exterior	Espiritualidade (7); Teologia (5); Direito Canônico (4); Catequese (1); Catequese e Pastoral (1); Dogmática (1); Espiritualidade e Contabilidade (1); Jornalismo (1); Mariologia (1); Metodologia Científica (1); Missiologia (1); Pastoral (1); Moral (1); Sociologia (1); Pró-Eclesia (1); Reciclagem (1); Formação para Seminários Maiores (1); Teologia e Moral (1); Teologia e Parapsicologia (1); Teologia Pastoral e Estudos Bíblicos (1); Mariologia, Espiritualidade e Química (1); Liturgia, Orientação Educacional,	39		
				261	100

Fonte: CNBB (2009).

Todos os aspectos até agora mencionados permitem indicar que não é qualquer indivíduo, nem tampouco qualquer tipo de passagem ou estudos no exterior, que está em condições de servir como recurso eficiente para acesso a posições dominantes no interior dessa estrutura de poder. A comparação cronológica dos temas e títulos adquiridos pelos futuros prelados faz perceber, na realidade, que mesmo face à valorização na ascensão profissional de novos títulos acadêmicos e áreas de saber, a ocupação dos postos de maior visibilidade nacional - como a direção da CNBB nacional e a liderança dos principais núcleos hierárquicos no país - permanece reservada a número bastante restrito de prelados que exibem um itinerário privilegiado desde cedo, favorecido por contatos precoces com uma dimensão internacional da Igreja^{xvi}.

O altíssimo clero: a direção da CNBB

Se contarmos apenas seus presidentes e secretários-gerais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, órgão máximo da Igreja brasileira, foi dirigida por não mais do que 16 homens ao longo de quase seis décadas de existência. Dado impressionante para uma instituição que se declara democrática e utiliza voto secreto para escolher seus dirigentes em assembleia a cada quatro anos. Baixa circulação de nomes, portanto, pois três bispos secretários-gerais também vieram a assumir, logo após o final de seus mandatos, a presidência. Assim sendo, apenas esses três nomes estiveram na secretaria-geral da Conferência por 19 anos e, na presidência, por 24 anos! A saber, dois gaúchos e primos entre si, D. Aloísio Lorscheider e D. José Ivo Lorscheiter, e o mineiro D. Luciano Mendes de Almeida. Considerando, ainda, que o primeiro secretário-geral do órgão, D. Hélder Câmara, permaneceu no cargo por 12 anos sem interrupção, percebemos que durante mais de três décadas a CNBB teve em seu posto-chave somente quatro bispos.

Se é evidente que o episcopado brasileiro reserva a pouquíssimos seus postos de maior poder, tudo indica que as qualidades encaradas como necessárias à execução das tarefas de alto comando também não estejam ao alcance de qualquer bispo. Já de início, estar lotado em alguma diocese central aparece como requisito importante para acúmulo de crédito frente ao conjunto do episcopado. A concentração de religiosos oriundos de dioceses e arquidioceses de grandes capitais indica o peso desigual da Igreja dentro do país. Mais da metade dos dirigentes da CNBB ocupava postos nas arquidioceses de São Paulo (6) e do Rio de Janeiro (3) quando eleitos à cúpula da Igreja. Dois trabalhavam em Salvador (BA), mais antiga diocese do país (primaz), um atuava em Brasília, sede da CNBB desde 1977 e outro em Porto Alegre (RS). Ainda um bispo encontrava-se na importante diocese mineira de Mariana e dois outros vinham de dioceses sem maior expressão do interior do Rio Grande do Sul (Santo Ângelo e Pelotas). Pode-se, assim, fazer a hipótese de que, embora importante, a centralidade da diocese não seja suficiente para explicar o reconhecimento de seus bispos.

É interessante notar que quase todos (oito de nove) religiosos que ocuparam o posto de secretário-geral da CNBB foram nomeados inicialmente bispos-auxiliares e encontravam-se nessa condição quando levados à secretaria. O bispo auxiliar não possui direito à sucessão do bispo diocesano a quem auxilia. Somente arquidioceses contam com bispos auxiliares e esse tipo de nomeação costuma servir como período de experiência ao recém-bispo, o qual é preparado para assumir o comando de outra circunscrição (às vezes, recém-criada), dentro ou fora do estado em que atua. A rigor, cabem aos bispos auxiliares tarefas variadas - administração, direção da ação pastoral, exercício do poder judiciário - de gestão da cúria diocesana na condição de vigários-gerais. Têm a oportunidade, assim, de adquirir treinamento, já como bispos, em atividades bastante diversificadas de organização cotidiana de dioceses complexas e, ao mesmo tempo, são expostos com maior intensidade aos mecanismos próprios do alto poder eclesiástico e aos padrões de exercício do cargo.

O relativamente pouco tempo na função de bispo indica que é muito menos a experiência episcopal em si do que o percurso pregresso (o passado pré-episcopal) de um bispo que o gabarita

objetivamente ao comando do secretariado-geral. Diferentemente do que ocorre com os presidentes da CNBB, o tempo médio decorrido entre a nomeação episcopal e a eleição ao cargo de secretário-geral é de cerca de cinco anos – com casos extremos de bispos com apenas alguns meses de episcopado e com 12 anos na função. Essa característica permanece inalterada desde a criação da Conferência em 1952. Os dois últimos secretários, incluindo o atual, contavam respectivamente um e quatro anos de episcopado quando eleitos.

Para uma compreensão mais precisa dos atributos que credenciam os futuros líderes da CNBB é necessário, contudo, associar os elementos mencionados com o conjunto de competências culturais e com o capital religioso adquirido em itinerários profissionais que variam de 11 anos (caso de D. Hélder Câmara, sagrado bispo apenas meses antes da criação da Conferência e indicado ao posto) a 45 anos. Ou seja, de todo percurso entre a ordenação sacerdotal e a eleição para dirigir a cúpula da Igreja. A média de idade dos religiosos eleitos secretários-gerais até o presente é 49 anos. Até meados da década de 1980, era 44 anos. Isto é, indivíduos com não muitos anos de experiência episcopal, apesar de longos percursos como sacerdotes. No caso dos presidentes, a média de idade é bem mais elevada, 59 anos. Metade dos presidentes chegou ao posto acima dos 60 anos de idade.

O exame dos percursos escolar e de carreira dos dirigentes católicos indica forte predomínio de religiosos ligados ao polo mais intelectual do episcopado. Com ascensão rápida na carreira, encontram-se, em sua grande maioria, entre o grupo de bispos que realizaram estudos precocemente no exterior e não raro foram ordenados padres fora do país, obtiveram doutorado e retornaram ao Brasil para servir em seminários ou faculdades em postos de ensino, orientação espiritual e direção, antes de receberem nomeação como bispos e assumirem, assim, o comando de dioceses pelo país.

A circulação pelo exterior para estudar é especialmente marcante entre os bispos secretários-gerais da CNBB. Apenas o primeiro secretário da Conferência (1952-1964), D. Hélder Câmara (1909-1999), não realizou estudos fora do país. Entre os presidentes, somente os dois primeiros não contam estudos no exterior.

O exame do conjunto de bispos membros da diretoria da CNBB (presidente, vice-presidente e secretário-geral) revela que, até o presente, pelo menos dois terços tiveram passagem de estudos pelo exterior antes de alcançar o episcopado, segundo informações disponíveis. No entanto, tomando em conta apenas os dirigentes do período posterior ao ano de 1964, percebe-se concentração ainda maior de indivíduos com experiências escolares fora do país; ou seja, de 21 bispos, 18 circularam internacionalmente na condição de estudante. Dentre esses, encontra-se D. Agnelo Rossi, futuro arcebispo e cardeal de São Paulo, enviado a Roma em 1933, aos 20 anos de idade, para estudar teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG). Instalado inicialmente no Colégio Pio Latino-americano, em 1934 compõe o grupo de 33 alunos que inaugura o Pio Brasileiro, onde recebe a matrícula de n. 1. Nessa mesma estada em Roma, o então seminarista especializa-se em “protestantismo na América Latina”, também pela PUG; dez anos mais tarde, conclui nova especialização, dessa vez na Argentina, em temática ligada a uma de suas principais frentes de atuação, a “Ação Católica”. Já na condição de bispo de Barra do Piraí (RJ), D. Agnelo ainda realiza curso de especialização em “catequese” na universidade texana de San Antonio.

Do atual grupo de religiosos à testa da CNBB (2007-2011), todos apresentam estudos em grandes centros mundiais em seus currículos. Como grande parte dos bispos dirigentes, o atual presidente da conferência, D. Geraldo Lyrio Rocha, após terminar a filosofia em Belo Horizonte, teve longa estada em Roma para graduar-se em teologia (Pontifícia Universidade Gregoriana), realizar mestrado em filosofia (Universidade Santo Tomás de Aquino) e finalmente especializar-se em liturgia (Pontifício Instituto Santo Anselmo). Seu vice, D. Luiz Soares Vieira, também teve percurso semelhante, embora menos longo e menos rentável em termos de diplomas. Após conclusão da filosofia no Seminário Central de São Paulo, vai a Roma para seguir formação em teologia na PUG, durante cuja estada é ordenado sacerdote.

Por fim, tem-se um caso atípico de carreira sacerdotal bem sucedida ao se examinar o itinerário do membro de maior poder efetivo na instituição, o secretário-geral. Provavelmente este caso indique do modo mais claro os rumos da recomposição do alto clero no Brasil. Nascido no interior de Minas, antes de iniciar a formação religiosa obteve titulação em Engenharia Eletrônica pelo ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, cidade em que atuou como engenheiro no Instituto de Atividades Espaciais e na Ericsson do Brasil. Seu ingresso no sistema escolar da Igreja dá-se, portanto, após aquisição de um dos diplomas superiores mais valorizados do país e de experiências profissionais em um centro de excelência tecnológica e em uma empresa multinacional do ramo. Assim, depois de cumprido o percurso básico de estudos de filosofia e teologia, somente aos 32 anos de idade é ordenado padre e pouco tempo mais tarde tem a chance de estudar no exterior ao ser enviado para obter doutorado em teologia sistemática pela Universidade Gregoriana de Roma. Credenciava-se, indiscutivelmente, aos mais altos postos da Igreja. Aos 47 anos, 15 deles como profissional da religião, é nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Quatro anos mais tarde, elege-se secretário-geral da CNBB.

Relativamente jovens (entre 43 e 54 anos de idade), alta titulação escolar e estudos no exterior, com menores responsabilidades sobre uma diocese e poucos anos de experiência como bispos, porém já familiarizados com encargos importantes e próximos a dirigentes experientes e notabilizados: tais as características dos religiosos que têm sido designados para assumir a frente de um órgão institucional extremamente ativo e falar e negociar em nome de um dos grupos socialmente mais reconhecidos no Brasil.

Considerações finais

O conjunto de indicações disponíveis sobre as transformações morfológicas do espaço do poder no Brasil permite vislumbrar a imposição de novos recursos culturais e escolares, com destaque a um capital internacional de competência e de relações, nas disputas de poder em domínios sociais tão variados quanto a política, a burocracia estatal, o empresariado, a esfera acadêmico-científica e muitos outros. Como buscou-se demonstrar aqui, a Igreja não constitui exceção.

Dotada de instrumentos institucionais privilegiados - presença universal, sede em país central da Europa, ampla e variada rede de formação escolar etc. -, a Igreja demonstra controlar com rigor sua lógica de reprodução ao lançar mão de estratégias e mecanismos bem definidos de cooptação e formação de seu contingente de especialistas, sobretudo seus dirigentes. Os sérios investimentos na dotação de novas e diversificadas formas de competência religiosa do alto clero brasileiro a partir dos anos 70 deixam claro um expediente institucional ancorado na esfera escolar (religiosa e “profana”), com destaque aos canais de formação intelectual via internacionalização.

Diferentemente de outros grupos e instituições, transnacional *par nature*, a Igreja católica detém ela própria um dos instrumentos de maior peso na distribuição da excelência profissional – uma rede de universidades e centros de formação superior consagrada, atrelada ao Vaticano e com sede em Roma. De lá, há muito tempo transfere modelos através de bens simbólicos (ideologias e filosofias, instituições, modos de atuação e competências), sem dúvida, mas também de homens e mulheres que encarnam em alguma medida princípios e formas de ação aprendidos no centro do poder eclesiástico. Procura garantir, por essa via, a reprodução de uma ortodoxia que lhe permita intervir de forma coerente e articulada no espaço crescentemente complexo das disputas simbólicas.

Se desde o final do Império a Igreja brasileira envia parte de seus membros ao exterior em missão de estudos, tal expediente ganha força à medida que a instituição expande-se e necessita de quadros treinados para tarefas essenciais de construção, gestão e formação. Essa força pode ser medida pelo exame do quadro episcopal na segunda metade do século XX, constituído por dirigentes fortemente marcados pela experiência internacional. Mas não qualquer experiência, pois se trata, sobretudo, de estadas longas e destinadas a uma formação intelectual institucionalmente valorizada – como visto,

trunfo dos mais valiosos na carreira. Por outro lado, os efeitos do retardamento na passagem pelo exterior imposto ao clero nacional a partir da década de 1980 ainda merecem exploração cuidadosa.

Progressivamente levado a se manifestar a respeito de assuntos que lhe exige competência cultural polivalente em um espaço simbólico altamente competitivo, o alto clero se esforça vivamente em retomar parte do vasto terreno perdido pela instituição católica na distribuição dos bens culturais e da salvação. A meio caminho entre funções estritamente intelectuais e tarefas administrativas, os bispos enfrentam desafios de ordem múltipla: adaptar-se a sociedades com novas estruturas e formas de viver, produzir discursos de temática variada, complexa e mutável, fazer frente aos novos dados da competição religiosa e garantir sua legitimação dentro das lutas pela dominação simbólica. Tudo indica que Roma continua a ser peça fundamental nessas engrenagens a produzir religiosos mais e melhor diplomados, com acúmulo de experiências no exterior e culturalmente mais versáteis.

Embora ainda parciais, os resultados aqui apresentados dão bons contornos a uma distinção entre as principais polarizações a presidir a distribuição relacional de poder no topo da *eclesiosfera*. De forma mais ampla, acredita-se que esses elementos também dão alguma dimensão da recomposição do espaço do poder no Brasil contemporâneo, marcado pela intervenção de atores de bagagem cultural mais complexa e com itinerários diversificados.

A escolha de um bispo formado em engenharia eletrônica, com atuação prévia na área, mas também com doutorado em teologia em Roma - considerado capaz de “dialogar com o mundo da ciência e da técnica”^{xvii} e eleito um dos cem brasileiros “mais influentes em 2009” -, para o cargo de maior destaque na conferência do episcopado, revela bastante sobre a dinâmica de reposicionamento da hierarquia eclesiástica no espaço do poder.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ana M^a. F. et al. *Circulação internacional e formação das elites brasileiras*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

ALMEIDA, Ana M^a. F. & NOGUEIRA, M^a. A. *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ANUÁRIO Católico do Brasil. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, Rio de Janeiro, 2003.

BAUER, M. & BERTIN-MOUROT, B. La tyrannie du diplôme initial et la circulation des élites: la stabilité du modèle français. In: SULEIMAN, E. & MENDRAS, H. (dir.). *Le recrutement des élites en Europe*. Paris: La Découverte, 1997, p. 48-63.

BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Paris: Minuit, 1984.

_____. *La noblesse d’Etat: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.

_____. & SAINT MARTIN, M. de. La sainte famille: l’épiscopat français dans le champ du pouvoir. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nov., 1982, p. 2-53.

CERIS. Dinâmica populacional e Igreja católica no Brasil: 1960-2000. *Cadernos CERIS*. Rio de Janeiro: CERIS, ano 2, n. 3.

CNBB. *Comunicado Mensal*, n^o. 226, nov. 1974.

_____. *Bispos e Dioceses*. 2009. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/bispos/visual/index.php>.

_____. *Membros e endereços*. Brasília, 2002.

- CORADINI, O. L. Escolarização, militância e mecanismos de “participação” política. In: HEREDIA, B., TEIXEIRA, C., BARREIRA, I. (orgs.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.
- DEELEN, Godofredo. O episcopado brasileiro. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 27, fasc. 2, junho, 1967, p. 310-331.
- DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil no século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro – 1916/1964. In: *Novos Estudos – CEBRAP*, n.º12, 1975.
- GARCIA JR., Afrânio. Circulation internationale et la formation d’une “école de pensée” latino-américaine (1945-2000). *Information sur les Sciences Sociales*, vol. 44, n. 2-3, 2005.
- GARCIA Jr., A. & CANEDO, L. B. Les boursiers brésiliens et l’accès aux formations d’excellence internationale. *Cahiers sur le Brésil Contemporain*, 57-58/59-60, 2004-2005.
- GRILL, Igor G. “Família”, Direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do *métier*. *TOMO*, n. 10, 2007.
- GRIGNON, Claude. Sur les relations entre les transformations du champ religieux et les transformations de l’espace politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 16.
- GRÜN, Roberto. O MBA como um brevê de internacionalização e de modernidade profissional entre engenheiros. In: ALMEIDA, Ana M. F. et al. (orgs.). *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Edit. Unicamp, 2004.
- IBGE – Censo Demográfico 2002.
- JACOB, César P. et al. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais brasileiros*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-RJ/Loyola, 2003.
- _____. *Religião e sociedade em capitais brasileiras*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-RJ/Loyola, 2006.
- LAGROYE, Jacques. *La vérité dans l’Église catholique: contestations et restauration d’un régime d’autorité*. Paris: Belin, 2006.
- LOUREIRO, M^a. Rita. L’internationalisation des milieux dirigeants au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 121, p. 42-51, 1998.
- MEDEIROS, K. M. C. & FERNANDES, S. R. A. (org.). *O padre no Brasil: interpelações, dilemas e esperanças*. São Paulo: Loyola, 2005.
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- NERIS, Wheriston Silva. *As bases sociais do recrutamento de elites eclesiásticas no Bispado do Maranhão (1850-1900)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – PPGCSO/UFMA, 2009.
- PIERUCCI, Antônio F. “Bye bye, Brasil”. O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos Avançados*, n. 18 (52), 2004.
- PONTIFÍCIO COLÉGIO PIO BRASILEIRO. Livro de Registros, anos 1991 a 2002.
- SAINT MARTIN, Monique de. Reproducción o recomposición de las elites? Las elites administrativas, económicas y políticas en Francia. *Anuario IEHS*, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, n.º. 16, 2001.
- SEIDL, Ernesto. *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Ciência Política), PPGPOL/UFRGS, Porto Alegre, 2003.
- _____. “Intérpretes da história e da cultura”: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 14, n. 26, 2007a, p. 77-110.

_____. *La formation des évêques au Brésil*. Colloque International “Circulation Internationale d’Universitaires et Renouveau de l’Espace Culturel”, Paris, EHESS, nov. 2005, mimeo, 18p.

_____. Um discurso afinado: o episcopado católico frente à “política” e ao “social”. *Horizontes Antropológicos*, vol.13, n. 27, Porto Alegre, 2007b.

_____. *Elites eclesiásticas e recomposição do espaço religioso no Brasil: recrutamento e seleção do alto clero na Bahia, Sergipe e Alagoas*. Projeto de Pesquisa CNPq, 2008, mimeo, 15p.

_____. Recomposições do Episcopado Brasileiro e o Espaço do Poder. In: CANEDO, L. B. & TOMIZAKI, K. A. *A formação das elites brasileiras: estratégias educativas e globalização*. São Paulo: Hucitec, 2012 (no prelo).

SERBIN, Kenneth. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SUAUD, Charles. Contribution à une sociologie de la vocation: destin religieux et projet scolaire. *Revue Française de Sociologie*, XV, 1974.

_____. *La vocation: conversion et reconversion des prêtres ruraux*. Paris: Minuit, 1978.

_____. Splendeur et misère d’un petit séminaire. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n. 4, 1976.

SULEIMAN, E. Les élites de l’administration et de la politique dans la France de la Ve. République: homogénéité, puissance, permanence. In: SULEIMAN, E. & MENDRAS, H. (dir.). *Le recrutement des élites en Europe*. Paris: La Découverte, 1997, p. 19-47.

TAVARES DOS REIS & GRILL. *Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil*. In: 26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Porto Seguro/BA, 01-04 de junho de 2008, mimeo.

ⁱ Em estágios diferentes, este trabalho beneficiou-se dos comentários de Afrânio Garcia Jr., Jean-Pierre Faguer e Michel Offerlé, a quem agradeço. Sou especialmente grato a Wheriston S. Neris pela colaboração intensa em partes da pesquisa e no precioso auxílio na confecção do texto.

ⁱⁱ Entre vários estudos, destacamos Bourdieu (1989), Bauer & Bertin-Mouro (1997), Saint Martin (2001), Suleiman (1997) e Wagner (1998) para o caso das elites política, administrativa e empresarial na França e outros países europeus, e os trabalhos de Almeida et al. (2004), Almeida & Nogueira (2004), Coradini (2002 e 2004), Garcia & Canedo (2004-2005), Grill (2007), Grün (2004), Loureiro (1998), Seidl (2005) e Tavares dos Reis & Grill (2008), igualmente para diversos grupos e frações dirigentes no Brasil.

ⁱⁱⁱ Trata-se em particular de pesquisas sobre as elites eclesiásticas e a recomposição do espaço religioso no Brasil, com foco na comparação dos mecanismos de recrutamento e seleção da alta hierarquia, ativados em contextos históricos e regionais variados (SEIDL, 2003, 2005, 2008; SEIDL & NERIS, 2010).

^{iv} Cabe também evidenciar algumas questões de ordem metodológica que intervieram no formato e resultado da pesquisa apresentada. Em primeiro lugar, à exceção dos casos de bispos nascidos no estado do Rio Grande do Sul e de cerca de 15% dos bispos mineiros vivos em 2003, além de um prelado de Alagoas, não se dispôs de informações que permitissem representação satisfatória das matrizes sociais do episcopado. Além disso, uma vez que a massa considerável de informações sobre os bispos parece ter sido resultado de informações prestadas pelos próprios prelados, os dados não se apresentam de forma homogênea, variando conforme as estratégias diversas de autoapresentação (do detalhamento minucioso ao “desinteresse” pela minúcia).

^v Exemplo disso, a comparação entre a quantidade de circunscrições eclesiásticas existentes na República Velha revela que, de 90 circunscrições (entre dioceses [69], prelazias [18] e prefeituras apostólicas [3]), passou-se a 272, conforme

dados de 2009 (entre as quais, 41 Arquidioceses; 211 Dioceses; 3 Eparquias; 13 Prelazias; 1 Exarcado; 1 Ordinariato para fiéis de rito oriental sem ordinário próprio; 1 Ordinariato Militar e 1 Administração apostólica pessoal).

^{vi} Somente entre 1956 e 1973, 1500 padres deixaram o sacerdócio. Cf. CNBB (1974, p. 124 e ss.).

^{vii} Para uma visualização das transformações do espaço religioso no Brasil, consultar Jacob et al. (2004, 2006) Pierucci (2004).

^{viii} Os efeitos dessa diversificação e das relações entre pertencimento a ordens e congregações e as modalidades de carreira episcopal, acesso ao poder e formas de exercício da função serão objeto de análises futuras.

^{ix} Na perspectiva de Ralph Della Cava (1975), a consolidação de uma burocracia única e centralizada sob a batuta do cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1842) teria demarcado o fim da predominância da aristocracia fundiária na hierarquia eclesiástica. Dessa forma, inaugurava-se a mobilização efetiva dos leigos de classe média e afirmava-se a operacionalização do catolicismo universal (europeu) para a Igreja, o clero e o laicato brasileiros.

^x 56% dos sacerdotes declara nascimento em “zona rural”, enquanto que cerca de 30% afirma ter nascido em “periferias urbanas”. Cf. Medeiros & Fernandes (2005).

^{xi} Como também notou Ana M^a. Almeida (2004) em estudo monográfico sobre o Colégio Santo Tomás (SP), esse parece ser um dos efeitos do processo de construção institucional da Igreja que, desde a República Velha, teve como um dos eixos de sua política expansionista a prestação de serviços educacionais às elites.

^{xii} Excelentes análises sobre as engrenagens do recrutamento sacerdotal e seus vínculos com origens sociais e a pedagogia do seminário menor na encontram-se em Suaud (1974, 1976, 1978).

^{xiii} Sobre o relativo domínio prático pelos profissionais religiosos, já em etapas iniciais de formação, sobre as chances disponíveis e as engrenagens de definição de seus destinos profissionais, consultar Miceli (1988, cap. 5) e Seidl (2003, esp. p. 225-280 e p. 356-396).

^{xiv} Em muitos casos, como relataram diversos bispos, esse patrocínio assumia caráter pessoal, com o recebimento de dinheiro (em geral, valores módicos) diretamente das mãos dos superiores que lhes enviavam ao exterior, o que reveste o investimento institucional de uma dimensão pessoalizada.

^{xv} O tratamento dos dados consistiu na divisão da população entre aqueles que informaram um ou vários cursos pós-ordenação (261) e aqueles que não informaram (67). De acordo com as informações prestadas, e tendo em vista o maior título obtido, aqueles foram distribuídos atentando-se para as seguintes modalidades de curso: Doutorado, Mestrado, Especialização (quando mencionado “pós-graduação” ou “especialização”), Graduação/Licenciatura e ou Bacharelado e Cursos sem especificação (os quais englobam desde os de curta duração até aqueles sem informação do grau da titulação).

^{xvi} Sobre os efeitos da passagem pelo exterior, ver Miceli (1988) e Seidl (2009 e 2012).

^{xvii} Cf. matéria assinada pelo chefe do gabinete pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no site da Revista Época, 05/12/2009.